

ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CALÇADO-ES – 15ª DO ANO DE 2017.

Aos dez (10) dias do mês de outubro (10) de dois mil e dezessete (2017), às 19 horas, reuniu-se a Câmara Municipal de São José do Calçado-ES, sob a Presidência do Vereador Wagner Vieira França (Waguinho), que verificou no livro de presença o comparecimento dos seguintes representantes deste Legislativo Municipal: Adalgisa Ferreira Alves, Janaina Luzia O. Pimentel Passalini, Maria de Fátima Simões Barbosa, Fátima Cristina S. da Silva Rezende, Francisco Sana (Nel da Terra do Sol), Jarmas de Almeida Leite (Fifi), José Roberto da Silveira Castanheira Júnior (Castanha) e José Ailton Cardoso Boca (Boca). Havendo número legal, o Presidente declarou abertos os trabalhos da presente Sessão e convidou a todos para a execução dos Hinos Nacional e Municipal. Em seguida convidou o Pastor Luís Carlos para trazer uma palavra de fé. O Presidente cumprimentou nominalmente os colegas Vereadores, cumprimentou também os funcionários, os prestadores de serviço, a todos que estão presente no Plenário como também aqueles que assistem as sessões online. Falou de sua tristeza em ver o Plenário desta Casa com poucas presenças, mostrando a falta de interesse da população em ver o desempenho do seu Vereador, apesar das sessões estarem sendo transmitidas online, uma ferramenta muito importante que vai até as casas. Dando continuidade determinou a 1º Secretária vereadora Janaina, proceder à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada por todos. **PEQUENO EXPEDIENTE: Ofício nº 219/2017, do Presidente desta Casa à ESCELSA – Espírito Santo Centrais Elétricas S/A, solicitando as seguintes informações: 1 – Quantas unidades consumidoras existem na Cidade de São José do Calçado/ES? 2 – Quantas unidades consumidoras pagam a Taxa de Iluminação Pública? 3 – Qual o valor arrecadado com a Taxa da Iluminação Pública nos meses de**

junho, julho e agosto de 2017? **Leitura do Projeto de Lei nº 011/2017** que “Dispõe sobre a contratação de “Vigilância Armada 24 horas” nas agências Bancárias Públicas e Privadas e nas Cooperativas de Crédito do Município de São José do Calçado/ES”. O Presidente informou que esse projeto é de sua autoria e já foi votado a duas sessões atrás, e se transformou na Lei nº 2031/2017 promulgada pela Câmara. Disse que não entende o Executivo porque esse projeto não vai gerar nenhum tipo de ônus para o município, porque as instituições bancárias que serão obrigadas a contratar os vigilantes e isso trará mais emprego, mais renda e mais segurança para o município. E com relação ao ofício enviado a ESCELSA o Presidente comentou que, por se tratar de uma empresa privada o município fica muito a mercê dela e acabam ficando totalmente sem informações que no caso considera muito necessárias para poderem fazer os cálculos sobre a taxa de iluminação que está sendo cobrada, por isso protocolou esse ofício.

ORDEM DO DIA: Projeto de Lei nº 028/2017, de autoria do Executivo, que “Ratifica deliberação da Assembleia Geral CIM Pólo Sul que autoriza o ingresso de novo município consorciado e dá outras providências”. O Presidente esclareceu que Divino de São Lourenço era o único município do Sul que não participava do Polo Cim, e parabenizou a iniciativa do Prefeito Elearde que esteve nesta Casa na sessão passada e conversou com todos os vereadores a respeito desse projeto. **Aprovado.** A vereadora Janaina comentou que o nosso município busca alternativas para melhorias na Saúde convidou o Executivo para uma visita ao município de Ibitirama, que possui aproximadamente nove mil habitantes e hoje está de parabéns em relação a contratação de médicos, ao atendimento da saúde pública, até médico acupunturista eles têm na rede. **Projeto de Lei nº 016/2017** de autoria da Vereadora Janaina, que “Revoga a Lei nº 1.997, de 29 de dezembro de 2016 e dá outras providências”. Lei que altera a alíquota de iluminação pública. A Vereadora Janaina comentou que o Projeto está sendo assinado pelos vereadores Fifi, Nel Sana, Waguinho, Fátima da Silva e deixou a vontade para os demais que quiserem assinar também. Disse que foi buscar fundamentação técnica e jurídica por isso

está apresentando novamente essa mudança porque viu que voltar para a taxa de cinco por cento é suficiente para custear as despesas com a iluminação pública porque tudo o que ultrapassas cinco por cento está gerando enriquecimento ilícito, onerando de forma injusta a população, afirmou ser essa a sua fundamentação junto com o jurídico com a fundamentação técnica. E dentro do Código Tributário no artigo 260 determina a cobrança de cinco por cento então por que vão permitir quatorze por cento, isso fere o bolso de todos.O Vereador Boca disse que não está contra a vereadora, porém cinco por cento não é suficiente para pagar a iluminação pública e também não considera que a palavra inconstitucional esteja sendo usada de forma correta sugeriu a vereadora Janaina que substitua essa palavra. A Vereadora Adalgisa lembrou da dívida deixada pela administração anterior e disse que quando procurou informações junto ao setor de tributação na Prefeitura foi informada que cinco por cento não é suficiente para pagar a iluminação pública.O Vereador Boca lembrou que na gestão passada o Vereador Castanha era Secretário de Finanças e veio nesta Casa prestar informações de que cinco por cento não dava para pagar a iluminação pública e que a dívida estava alta. Disse ainda que não podem precipitar as coisas sem tem certeza, e a Vereadora Janaina fala com tanta convicção como se ela estivesse com a conta e o dinheiro nas mãos, porém não podem agir desse jeito, têm que ter responsabilidade porque se reduzirem e depois o município não tiver condições de pagar a responsabilidade será dos Vereadores. Apesar de considerar essa taxa abusiva precisam estudar melhor a questão. A Vereadora Fátima Simões sugeriu que o Projeto fique em estudo até que a ESCELSA responda o ofício enviado pelo Presidente, pois através dessas informações poderão fazer os cálculos exatos e chegarem a um percentual que dê para suprir as despesas. O Vereador Castanha comentou que como ex-Secretário de Finanças tem sua opinião formada a respeito desse assunto e os cinco por cento não cobre a conta da iluminação pública e o que está sendo cobrado hoje deve ficar “elas por elas”. Disse que concorda que o Projeto fique em estudo e devem solicitar informações da Prefeitura para verificar o que se

arrecada hoje para depois tomarem a decisão. O Presidente informou que o Prefeito pode sancionar ou não esse Projeto, e a Câmara verificar se deve promulgar ou não, caso seja rejeitado pelo Executivo e acredita que nesse meio tempo haverá tempo hábil para receberem essas informações da ESCELSA. O Presidente ouviu o Plenário se ficará em estudo ou se será levado a votação. Os Vereadores Janaina, Fátima da Silva, Nel Sana e Fifi pediram que fosse levado a votação. Já os Vereadores Adalgisa, Fátima Simões, Castanha e Boca votaram para que o projeto ficasse em estudo. Havendo empate o Presidente votou para que o Projeto fosse levado a votação. O Presidente lembrou que na época que foi votado o Projeto que alterou a taxa de iluminação pública ele e o Vereador Natal foram os únicos a votarem contra, disse ainda que o Projeto chegou nesta Casa em fevereiro ou março de 2016, e depois de já eleito o novo Prefeito foi feito um movimento para que entrasse em votação, e em novembro foi votado, com grande participação do, hoje Vice-Prefeito Teté e do Nel Lima. E na época justificou que devido ao período crítico que o País estava passando, e a crise foi sentida no interior também, não era o momento de aumentar a taxa, porque conhece famílias com três filhos onde o marido e a mulher, moram de aluguel e estavam desempregados. Em sua opinião o Executivo precisa buscar novos convênios e não perder os convênios que já tem e não jogar para a população aumento de imposto nesse momento crítico que Calçado ainda está passando. O Executivo tem condições de suprir as defasagens sem precisar repassar a conta para o povo. **Ouvindo o Plenário o Projeto foi aprovado** com 07 (sete) votos favoráveis dos Vereadores Janaina, Fátima da Silva, Adalgisa, Fátima Simões, Castanha, Nel Sana e Fifi e uma abstenção do Vereador Boca. **Projeto de Lei nº 015/2017** de autoria da Vereadora Adalgisa, que “Institui o prêmio “PROFESSOR DO ANO” no município de São José do Calçado e dá outras providências”. A Vereadora Fátima da Silva antecipou seu voto contra justificando que concordaria que instituísse prêmio para funcionário do mês e não apenas para o magistério, que todos os funcionários da Prefeitura fossem avaliados de alguma forma e ter essa bonificação. **Submetido a votação o Projeto foi**

aprovado com 07 (sete) votos favoráveis dos Vereadores Janaina, Fifi, Fátima Simões, Castanha, Nel Sana, Boca e Adalgisa e um voto contra da Vereadora Fátima da Silva. **Projeto de Lei nº 014/2017** de autoria da Vereadora Adalgisa, que “Cria o Diploma “ALUNO NOTA 10” e premia com um tablet estudantes das séries iniciais e finais do ensino fundamental da rede municipal de ensino de São José do Calçado e dá outras providências”. Projeto em discussão, o Vereador Boca comentou que quando se elimina um aluno quando existe empate, ele fica frustrado porque ele também esteve no topo, então sugeriu que quando houver empate que permaneça os dois. O presidente ouviu a Vereadora Adalgisa, autora do Projeto, se aceitaria a proposta de emenda do Vereador Boca, a mesma se manifestou favorável. **Ouvido o Plenário o Projeto foi aprovado por unanimidade com a emenda do Vereador Boca. Projeto de Resolução nº 003/2017**, de autoria da Vereadora Janaina que “Cria a Medalha de Honra ao Mérito Antônio Teixeira do Amaral e dá outras providências”. **Aprovado por unanimidade.** Tendo matéria a apresentar o Presidente passou a presidência dos trabalhos ao Vice-Presidente, Vereador Fifi e no Plenário apresentou os seguintes **Requerimentos: a) nº 184/2017** solicitando ao Prefeito que seja reinstalado o monumento da Bíblia Sagrada que se encontrava na Praça Teófilo Lobo (Praça do Banestes) a fim de transmitir a palavra de Deus; **b) nº 185/2017** solicitando ao Prefeito que providencie junto ao Secretário Municipal de Obras, a instalação de um redutor de velocidade na rua Maria Ortiz no trecho próximo a subida da rua Sebastião de Souza Melo, em frente a residência da Sr^a Lucia viúva do Carlinhos Godê. Na oportunidade solicita também outro para o final da Rua Francisca Teixeira no trecho entre o Bar do Sr. Custódio e a casa de nº 564 da Sr^a Bernardina. O autor dos Requerimentos, Vereador Waguinho, agradeceu ao Executivo em nome do Secretário José Manoel, por ter atendido um pedido de sua autoria, pela construção de redutores de velocidade na Rua Marechal Deodoro próximo a ponte. Se referindo ao Requerimento 184/2017 o autor comentou que foi lembrança de um grande amigo seu, Sr. Hiran, ao qual agradece a preocupação com o município, e relatou que na época do governo Raft a Praça Teófilo

Lobo era conhecida como Praça da Bíblia, porque tinha o monumento e hoje não está mais, e em Salmos 33-12 é a passagem da Bíblia que diz “Feliz é a nação cujo Deus é o Senhor”. A palavra de Deus onde quer que ela esteja as pessoas param para dar uma analisada.**Aprovados.**Retornando a Presidência o Vereador Waguinho agradeceu ao Vice e deu prosseguimento aos trabalhos. **Requerimento nº 179/2017** de iniciativa da Vereadora Adalgisa solicitando ao Prefeito a substituição da lâmpada localizada na rua Carlos Vieira Gomes, mais especificamente no poste paralelo a residência de nº 25 da mesma rua.**Aprovado.**A Vereadora Janaina apresentou os seguintes Requerimentos ao Exmº Sr. Prefeito Municipal: **a) nº 180/2017** solicitando que seja providenciado serviço de terraplanagem na estrada da comunidade do Oriente, mais especificamente no local denominado “Córrego das Almas”; **b) nº 181/2017**solicitando que providencie em caráter de urgência o desjejum nas Escolas e Creches municipais (café da manhã) para o ano letivo de 2017; este Requerimento vem reiterar o Requerimento nº 012/2017; **c) nº 182/2017**solicitando a locação de um imóvel para a instalação provisória da creche “Tia Maria Sarria”, localizada no Distrito de Airituba, reiterando o Requerimento nº 050/2017; **d) nº 183/2017**solicitando ao mesmo informações acerca do acompanhamento psicológico oferecido pelo CAPS entro de Atenção Psicossocial): 1 – Como este atendimento está sendo realizado; 2 – as medicações estão sendo fornecidas com atraso? O Vereador Boca comentou que o Requerimento nº 180/2017 não pode ser votado por esta Casa porque a citada estrada pertence a Mimoso. O Presidente comentou que esta questão de divisa é um pouco complicada, e tem também a questão do companheirismo porque a máquina do município que estiver mais próxima do local as vezes atende e faz o serviço. Ouvido o Plenário os Vereadores Boca, Castanha e Nel Sana votaram contra o Requerimento nº 180/2017, os Vereadores Fátima da Silva, Adalgisa e a autora do Requerimento foram favoráveis. O Presidente esclareceu que será favorável porque a vereadora está atendendo a pedido de morador de Calçado e a grande parte das estradas do Oriente pertence a Calçado e as

crianças que moram lá e estudam no município de Calçado estão sendo prejudicadas porque o transporte não está chegando até lá. E pede ao Prefeito que atenda a parte que pertence a Calçado na região do Oriente. Aprovado com 04 votos favoráveis dos Vereadores Fátima da Silva, Adalgisa, Janaina e do Presidente e 03 contrados Vereadores Boca, Castanha e Nel Sana. **Os Requerimentos 181, 182 e 183/2017 foram aprovados por unanimidade. Palavra franqueada. Com a palavra a vereadora Adalgisa** após cumprimentar a todos, disse que gostaria de deixar uma mensagem aos pais e a toda a sociedade calçadense, que a melhor maneira de demonstrar amor pelas crianças é defendê-las. Além de abraçá-las, amá-las precisamos defendê-las nos tempos em que estamos vivendo, onde grandes faculdades estão formando filósofos e pedagogos para dar autonomia a elas, crianças de 4, 5 anos poderão tomar decisões e a melhor arma que temos para essa situação é a Lei, o Estatuto da Criança e do Adolescente, em seu Art. 241, diz que determinadas imagens pornográficas e libidinosas que estão mostrando para as crianças não podem ser mostradas, o Art. 218 A diz que quando há finalidade libidinosas é crime, o art. 232 diz que submeter crianças sob guarda e vigilância a vexame, humilhação ou constrangimento é crime. Comentou que recentemente assistiu um vídeo onde dizia que em 1940 foi escrito o livro de “Eros e Valorização” onde está escrito que devemos deixar nossas crianças livres para terem relações sexuais em qualquer idade, e de repente nos deparamos com um cenário em São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, onde levam as crianças a museus para verem cenas pornográficas, e segundo o livro citado dizem que “erotizando crianças acabamos com a família patriarcal”. A Vereadora Adalgisa disse que é por isso que nesta noite conclama pais, professores, Legislativo, Executivo e a sociedade em geral para estarem atentos e usar as armas contra essas ideias. Disse ainda que gostaria de deixar uma reflexão a respeito desse tempo que estamos vivendo hoje, onde vem sendo jogado para nossas crianças várias imagens e vários ensinamentos que não se aplicam aquilo que são valores. E se referindo ao dia do professor disse que sabe da angústia pela qual eles passam e se pudesse, gostaria de valorizar o trabalho do professor que

passa por um momento de desvalorização total, não só do município, como também do governo federal. Sabe também da frustração do professor que se dedica ao máximo e não consegue que aquele aluno aprenda o conteúdo que foi preparado. Desejou que cada professor receba o abraço carinhoso dessa Casa de Leis e o que depender desta Casa sempre votará a favor do professor. Na sequência usou a palavra a Vereadora Janaina, que após cumprimentar a todos disse que faria um registro que muito a entristece, os educadores são preparados e cobrados para formar cidadãos conscientes, críticos e questionadores e lamentavelmente quando um jovem questiona alguma coisa ou dá a sua opinião, imediatamente é punido pelo fato de ser um cidadão formador de opinião, e perguntou "que tipo de sociedade é essa?" Afinal vivemos ou não vivemos uma democracia? Ao invés de punir um jovem consciente e crítico deveria aproveitar o seu potencial para alavancar o progresso do município e considera isso um retrocesso e lamenta o que aconteceu essa semana com o jovem Lucas. E pediu permissão a família para aqui expressar o nome dele. Está aqui como representante do povo, como mãe, como educadora e isso lhe feriu a alma porque ele é um profissional, é um jovem preparado que estava exercendo tão bem a sua função. Disse ainda que lhe deixou profundamente entristecida a decisão que foi tomada com o jovem Lucas e disse que gostaria que fosse repensada, porque em momento nenhum o jovem feriu alguém e nem se expressou de forma gritante ofensiva, ele simplesmente manifestou a sua opinião, a sua formação acadêmica permitiu que ele se expressasse, porque ele é um cidadão e tem o direito de ir e vir. A Vereadora Janaina disse que não poderia deixar de falar também com muito carinho do professor, que é um profissional que desempenha com tanta dedicação o papel de educador, uma tarefa árdua, porém gratificante. Parabenizou aos professores pelo seu dia e desejou que continuem sendo semeadores que plantam com carinho e esperam com paciência para colher com amor. Agradeceu ao Presidente Wagner, que está a frente desta Casa de Leis correspondendo aos anseios, que hoje soube colocar em pauta Projetos brilhantes, projetos que vão alavancar a cultura do nosso

município. Hoje o trabalho do Presidente Wagner vai ficar registrado com o Projeto que cria a Medalha do Sr. Antonio Amaral, que vai registrar mais uma conquista para a cultura da nossa sociedade. Parabenizou o incentivo que o Presidente vem dando a cada um dos vereadores no trabalho do seu dia-a-dia. Disse que gostaria de esclarecer a população, com relação a cobrança do IPTU, da limpeza pública, da coleta de lixo, a Câmara não parou e estão providenciando há mais de uma semana os meios legais para reduzir esses valores absurdos que estão sendo cobrados a nossa população. Prometeu a todos que o mais breve possível, estarão reduzindo esse valor absurdo que está sendo cobrado pelo Executivo e voltou a falar, com propriedade, que a Lei de iluminação pública 1997 de 29 de dezembro de 2016 é inconstitucional porque ela fere o Código Tributário no seu artigo 260, que determina cobrar 5% (cinco por cento). Finalizando, agradeceu ao Presidente pela parceria e desejou uma boa semana a todos, e um feliz dia a todas as crianças e aos profissionais da educação. O Presidente agradeceu as palavras da Vereadora Janinae comentou com relação a situação do ex-funcionário da Prefeitura, Lucas, que gostaria de deixar uma reflexão para todos, que hoje estamos tendo tantas conquistas a nível de esclarecimento, são muitas pessoas que hoje têm uma faculdade, têm sua opinião própria, acabou aquela coisa de coronelismo das pessoas não poderem se expressar, hoje as pessoas têm direito ao livre arbítrio, podem falar. Dando continuidade passou a palavra a vereadora Fátima da Silva, que justificando seu voto contrário ao Projeto da Vereadora Adalgisa, disse que em momento algum quis ser contra o professor, só pediu, no princípio de que todos fossem iguais e que se fosse fazer para um que fizesse para todos e conforme foi sugerido pela Vereadora Adalgisa irá propor na próxima sessão. Disse ainda a respeito da questão do rapaz, quando ficou sabendo foi pega de surpresa porque ele sempre trabalhou no município, sempre desempenhou sua função muito bem sem nenhuma reclamação e de repente chega a notícia de que foi demitido no dia em que o Prefeito estava muito nervoso. Se estava nervoso deveria ir descansar a cabeça, agora, demitir uma pessoa que trabalha, um pai de família que não fez nada, porque

opinou na internet? Ele opinou numa questão em que todos estavam discutindo, que era a questão do IPTU. Qual o problema? Mas o ditador tem que fazer a parte dele. Ele tem que mandar embora porque é ele quem manda, mas ele pode mandar na casa dele e tem que saber que Calçado não é a casa dele. Calçado é a nossa cidade para todos viverem em harmonia, não é com uma pessoa mandando, todos obedecendo e ficando quietos não. Várias coisas estão acontecendo, não é só isso. Aquilo que de fato ele precisa fazer ele não tem feito. Não presta conta de nada que se pede nesta Câmara. Não informa onde está o dinheiro da repatriação. Ninguém sabe o que foi feito com o dinheiro do leilão. Não tem nada em Calçado. Pediu ao Prefeito que dê mais atenção para os funcionários da base aliada a ele, não são funcionários diretamente ligados ao prédio da Prefeitura, é a área externa, para que essas pessoas se preocupem mais com o próprio trabalho e deixe os outros fazerem a parte que os cabe. Comentou também que esteve na Escola Manoel Franco e viu um cartaz enorme com a foto de cada professora que está na ativa em um coraçõzinho, porém a foto do maestro contratado pelo município está num coração enorme, porém procura por ele e não encontra, ele foi contratado pela cultura, ele não está dando aula no Manoel Franco e não tinha que ter sua foto no mural direcionado “aos Mestres com carinho”. Falou ainda a respeito do requerimento que apresentou na sessão passada a respeito da Kombi que transporta alunos no trecho Pavão/São Benedito, hoje essa Kombi está na oficina do Pavão, as peças ainda não chegaram. Relatou também que a Kombi que transporta alunos vindo da Rocinha em direção Calçado, no asfalto caiu a porta. Imediatamente telefonou para o Secretário de Educação que ficou de tomar providências. Isso poderia ter causado um acidente grave. A vereadora Janaina confirmou que também viu a cena. A Vereadora Fátima da Silva considera que o município tem gasto muito dos seus recursos de forma errada. Relatou ainda que pacientes vão para consultas na ambulância do município e quando perguntou ao funcionário o mesmo respondeu que se não for desta forma a pessoa perde a consulta. E perguntou onde está o carro que seria locado pelo município, que consta no Portal da transparência. Mudando de

assunto comentou que esta Casa já conseguiu uma grande conquista com a diminuição da taxa de iluminação pública. E com relação ao IPTU em sua opinião o Código Tributário deveria ser revogado, voltando a valer as regras de 2016 para que não tenha desigualdade. Lembrou o fato da professora de Minas Gerais que passou por uma situação dolorosa na creche, onde algumas crianças foram incendiadas, e ela acabou vindo a óbito, e em nome dessa professora gostaria de dar seu abraço a todos os professores do município e de todo o Brasil e dizer que os professores são muito importantes para todo o mundo. O Presidente comentou que teve uma reunião, a aproximadamente um mês atrás, com o pessoal do Censo do IBGE, e quinta-feira começou o censo agropecuário e o pessoal que está trabalhando estão tendo um pouco de dificuldade com relação ao acessos residências e pediu ao Executivo que fizesse uma campanha de divulgação, através da Secretaria de Agricultura e até mesmo dando assistência com o transporte para chegar em alguns locais porque esse censo é muito importante para o município, onde serão coletados os dados com relação a toda produção do agrícola existente no município, e é onde se toma parâmetro para as políticas públicas. Determinou enviar Moção de Pesar para a família do Sr. Tãozinho, que faleceu no dia de ontem. Finalizando agradeceu a presença de todos. Nada mais havendo a relatar, declarou encerrada a presente sessão e anunciou que a próxima sessão ordinária desta Casa será no dia 25 de outubro, numa quarta-feira, às 19 horas neste Plenário. E Janaina Luzia Oliveira Pimentel Passalini, 1º Secretária, para constar lavra a presente Ata que está devidamente assinada.

Wagner Vieira França **Janaina Luzia O. Pimentel Passalini**
Presidente **1º Secretária**

